



---

## REPENSANDO A ESCOLA DENTRO DO CONTEXTO DA DIVERSIDADE

<sup>1</sup>Cristiana Kagueiama  
<sup>2</sup>Cecília de Campos França

### RESUMO

A diversidade cultural ganha relevo, em virtude de manifestações de movimentos sociais reivindicando identidades e equidades. As transformações socioeconômicas decorrentes da atual conjuntura da sociedade, afeta diretamente as relações entre os indivíduos. A atenção à diversidade está focalizada no direito de acesso e permanência na escola e visa a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos. Neste sentido, o estudo em questão pretende possibilitar a compreensão da instituição escolar no contexto da realidade social em que a mesma está inserida. Os autores que nos subsidiaram nessa pesquisa foram Aranha (1996), Martins (1999), Santos (2001), Saviani (1991), Arroyo (1991) dentre outros. Utilizamos como metodologia a revisão bibliográfica, trazendo como ponto de partida reflexão sobre a política de educação no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB); a articulação entre educação e sociedade, o papel da família e do Estado; a escola como instituição social, analisando sobre educação de qualidade e o papel social da escola; bem como a função social da escola, o que vem a ser qualidade educacional e neste contexto abordamos a temática sobre a diversidade cultural, com vista à atuação do professor. Assim, através das pesquisas bibliográficas procuramos dar legitimidade à temática proposta, implicando na compreensão de ser a instituição escolar um espaço que proporciona o acesso ao conhecimento e, conseqüentemente, capaz de promover mudanças nos âmbitos sociais, históricos, econômicos e culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Sociedade. Qualidade. Diversidade.

### ABSTRACT

Cultural diversity becomes important due to manifestations of social movements claiming identities and equity. The socioeconomic changes resulting from the current situation of the company, directly affects the relationships between individuals. Attention to diversity is focused on the right to enter and remain in school and seeks to improve the quality of teaching and learning for all. In this sense, the present study aims to gain a better understanding of the school in the context of the social reality in which it is embedded. That supported the authors in this study were Aranha (1996), Martins (1999),

---

<sup>1</sup> Cristiana Kagueiama, especialista em Psicopedagogia, Faculdade de Educação de Tangará da Serra, UniSerra. Email: [Cris\\_kagueiama@hotmail.com](mailto:Cris_kagueiama@hotmail.com)

<sup>2</sup>Cecília de Campos França – Orientadora - graduada em Psicologia e Pedagogia, mestre, doutora em educação pela PUC/SP e pós doutora em Educação pela UNICAMP. Prof.<sup>a</sup> na Universidade do Estado de Mato Grosso e docente no PPGEduc mestrado em Cáceres, UNEMAT- E-mail: [cecilfran@yahoo.com.br](mailto:cecilfran@yahoo.com.br)



---

Santos (2001) , Saviani (1991) , Arroyo (1991) among others . Methodology used as the literature review , bringing as a starting point , reflection on education policy in Brazil , the Law of Guidelines and Bases ( LDB ) ; the relationship between education and society , the role of the family and the state, as well as the social function of the school ; what comes to educational quality and in this context we address the issue of cultural diversity , with a view to teacher performance . Thus, through literature searches we try to give legitimacy to the proposed theme , resulting in understanding the educational institution to be an area that provides access to knowledge and hence able to promote changes in social , historical, economic and cultural spheres .

**KEY WORDS:** Education. Society. Quality. Diversity.

## INTRODUÇÃO

Na educação as pedagogias devem visar as diferenças em prol de relações equitativas.  
Cecília de Campos França

Estamos vivendo em tempos de transição, em que novos valores, paradigmas e conceitos são apresentados, visando uma nova ordem social. Nesse contexto, muitos são os desafios postos à sociedade, em especial, à escola, que tem sua função educativa, social e política. Considerando esse cenário buscamos através deste artigo compreender a escola no contexto da realidade social em que a mesma está inserida.

Para elucidação do tema proposto, realizamos pesquisa qualitativa através de revisão bibliográfica de autores, que contribuíram para aprofundamento dos objetivos propostos. Entendemos ser de fundamental importância à abordagem da diversidade, pois procuramos levantar uma questão que desperta a curiosidade de alguns profissionais da área educacional, que é a preparação profissional e pedagógica para atuar diante da diversidade cultural existente nas escolas.

Neste sentido, organizamos o artigo em quatro partes. Sendo que, inicialmente fazemos uma breve, porém, necessária reflexão sobre a política de



educação no Brasil. No entanto, essa reflexão será a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), por ser esta a Lei maior que rege a educação brasileira.

Na segunda parte, discorreremos sobre a educação e a sociedade, analisando o papel da família e do Estado, refletindo sobre o papel e a influência que ambos exercem na construção do sujeito social.

Na terceira parte abordamos a escola como instituição social, refletindo sobre educação de qualidade e o seu papel na sociedade. Assim, a função social da escola é algo que se constrói com o próprio acontecer da história, sob influência de interesses múltiplos, em suas diferentes manifestações e no contexto em que a mesma está inserida.

E, na quarta parte buscamos compreender a diversidade cultural, com vista à atuação do professor diante da mesma. Sendo que a valorização da diversidade cultural é um dos reconhecimentos da democracia, pois a interação do aluno com diferentes culturas possibilitará para ele a compreensão da sua própria realidade.

Assim, não tivemos a intenção de dar conta de todos os aspectos que precisam ser discutidos para o sucesso desta possibilidade de repensar a escola no contexto da diversidade, não só pela complexidade do assunto, mas porque acreditamos que cada unidade escolar, em discussão com sua própria comunidade, será capaz de encontrar seus próprios caminhos que levem a educação de qualidade que respeite e aprenda com a diversidade.

## **1 REPENSANDO A ESCOLA DENTRO DO CONTEXTO DA DIVERSIDADE**

### **1.1 BREVE REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DA LEI DE DIRETRIZES E BASES (LDB)**

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi promulgada em 1961, regendo a educação no Brasil. Essa Lei estabelecia que tanto o poder privado quanto o poder



público poderiam estar ministrando ao ensino no Brasil, também previa que o Estado poderia estar dando concessões aos estabelecimentos de ensino particular. A forma concreta de intervenção do Estado na educação acontece pela manutenção propriamente dita das Instituições escolares, da concessão de bolsas e outras formas de créditos para educação e da normatização do sistema educacional como um todo.

A (LDB) também exigia que 12% da receita do governo fossem investidas em Educação. No entanto essa mesma Lei tirava a responsabilidade do Estado para com o ensino primário gratuito e passava a incentivar as instituições que ofereciam o ensino particular.

Em 1996 a LDB teve sua aprovação, e passou a ser considerada uma conquista no campo da educação. Sua missão era fornecer meios e instrumentos que facilitassem que a Legislação educacional brasileira fosse entendida, e um dos seus muitos objetivos é a colaboração nas atividades profissionais e acadêmicas de educadores, estudantes e demais profissionais da educação.

ARANHA (1996), citado por Santos (2014) relata que a política da educação no Brasil sempre foi marcada por avanços e recuos. O autor destaca como principais movimentos entre 1960 até 1964, os Centros Populares de Cultura (CPC); os Movimentos de Culturas Populares (MCP) e o Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Porém, em 1964, o golpe militar desativou os movimentos de conscientização popular, pois eles eram considerados subversivos e os seus líderes eram penalizados. Somente os MEB continuaram, mas diminuíram suas atividades e sofreram mudanças em seu direcionamento.

Analisando a política educacional após 1964, Pinto (1986), revela que ela tinha como objetivo a implementação de uma própria política de Estado burocrático e autoritário, e que o elemento principal desta política era a tecnocracia.

Ainda segundo Pinto (1986) o golpe da classe dominante em 1964 fez com que toda a política educacional sofresse mudanças e passou então a ter outra direção, que era de servir diretamente à acumulação do capital, levando o ensino à mediocrização.



De acordo com Martins (1999), apesar do esforço por parte do Estado, do investimento técnico pedagógico das escolas, muitos fatos demonstram a violência presente no interior das escolas, o fracasso e evasão escolar, estão cada dia mais presentes na realidade da educação brasileira. Em decorrência das questões sociais que surgem diante desta realidade, a escola enquanto instituição educacional, deixa de cumprir sua finalidade maior que é de contribuir na formação da cidadania do ser humano.

Neste sentido, a escola enquanto equipamento social precisa estar atenta para as mais diferentes formas de manifestação de exclusão social que aparecem em seu interior, isto é, atitudes discriminatórias, de etnia, do gênero, de sexo, de classe social, até mesmo questões de violência. Pois a escola na perspectiva de incluir aqueles que se encontram em processo de exclusão social deve ser capaz de fazer com que seus alunos façam parte da sociedade em que vivem.

## **2 EDUCAÇÃO E SOCIEDADE**

Em uma sociedade ocidental a educação é entendida de forma burocrática, estando esta ligada a uma instituição denominada escola, que automaticamente nos remete a professores e alunos, ou seja, alguém que transmite e ensina a outro que aprende.

Encontramos em Durkheim (1978) a definição de educação como processo de socialização em que os indivíduos são submetidos. No entanto, para compreender a educação como socialização temos que compreender um pouco de sua história.

Segundo Viana (2006) não existia escolas e nem professores nas sociedades pré-históricas e nem nas sociedades indígenas. Mesmo assim, o processo de socialização acontecia através da convivência social, isto é, pelas relações sociais que se estabeleciam a socialização. O autor ainda coloca que também não existiam



instituições especializadas no ensino nas sociedades pré-capitalista, no entanto, o processo de socialização acontecia de maneira natural.

De acordo com Viana (2006) a educação formal surge com a sociedade capitalista e com ela a concepção da educação burocrática. Nesta sociedade a socialização é coercitiva e repressiva, busca formar indivíduos para executar e desejar determinadas atividades, valores e ideias.

Assim, com todas as transformações que ocorreram na sociedade, podemos perceber a relação que a educação possui com a mesma. Porém para que isso aconteça precisamos ter entendimento dos fatores que contribuem para essa relação, ou seja, educação e sociedade estão interligadas, uma constituindo a outra.

Neste sentido, a educação trabalha para o desenvolvimento da sociedade, e a sociedade só se torna moderna com a evolução da educação, pois é através desta interação que existem contribuições de uma para com a outra. Por modernidade aqui nos referimos aos avanços que a sociedade obteve por causa da educação, pois a educação ocupa lugar primordial na estratégia de desenvolvimento de um país, assim sendo, a educação vista como fator de modernidade se torna um instrumento efetivo para a formação da cidadania.

Um dos aspectos mais importantes do processo de modernização é o que Rago chama de processo de racionalização da sociedade, com a “quebra de antigos padrões de referência e de construção da identidade” (1993, p. 15).

A observação da diversidade, hoje, se faz real em virtude das transformações socioeconômicas decorrentes da atual conjuntura da sociedade, que afeta diretamente as relações entre as pessoas. Isso implica ver as diferenças como fatores de enriquecimento e não como obstáculos para o cumprimento da ação educativa.

É neste sentido que defendemos a ideia de que atualmente a educação vem trazendo novas possibilidades para a sociedade com mais conhecimento às culturas, visando uma educação mais democrática e igualitária. Apple & Beane (1997, p. 154-155) nos ensinam que “o significado mais poderoso da democracia não é formado pela capciosa retórica política, mas nos detalhes da vida cotidiana”.

## 2.1 EDUCAÇÃO E FAMÍLIA

Quando falamos em educação, logo pensamos em escola ou em família, pois são dois temas complexos, cuja própria definição precisa estar bem esclarecida: O que entendemos por educação e por família?

Como vimos no item anterior, educação é muito mais do que escola e escolarização, é um processo social, um dos agentes de socialização que tem como objetivo a transformação do homem biológico em um ser social.

Quando refletimos sobre o ser biológico, estamos nos referindo a própria evolução do ser humano, pois a criança nasce sendo um ser biológico, e ao longo da sua existência vai se transformando em ser social. E a família vai exercer um papel importante, pois com as mudanças que o conceito de família sofreu e sofre ao longo da história, a escola precisa perceber e se conscientizar que o atendimento que oferece para a criança, jovem ou adulto é extensivo a família.

Neste sentido, para se compreender a educação é preciso percebê-la como um processo dinâmico e universal e ao mesmo tempo relacioná-la com o contexto social, econômico e cultural. Assim, a escola se torna um desses espaços, pois o conhecimento e sua construção, bem como as relações estabelecidas na educação formal, realizada pelas instituições com fins educativos são considerados a matéria prima do processo e desenvolve-se de forma sistematizada.

Para Piletti (1994, p.9) nas escolas o processo realizado é denominado como educação formal, em que “os objetivos, conteúdos e meios são previamente traçados”.

Porém, Lobrot (1973, p. 526) diz que:

Por educação, não entendo apenas a escola, mas também todo o lugar e todo o organismo em que se aprende alguma coisa. A escola, contudo, é um lugar privilegiado, pois estando organizada "para a educação" pode tanto bloquear totalmente todas as possibilidades de transformação do indivíduo, mesmo no interior da escola, como permitir uma abertura máxima para o mundo. Isso depende, naturalmente, ainda aqui, da instituição-

---

escola, concebida, quer como superestrutura organizacional, quer como vontade coletiva dos indivíduos.

Assim, educação e família podem ter os mesmos objetivos em certos momentos da história, pois um processo de socialização nunca está acabado e, em cada momento da vida do indivíduo, pode-se notar uma influência maior ou menor de um determinado agente desse processo, pois ao mesmo tempo em que o indivíduo é moldado pela sociedade, ele pode agir no sentido de transformá-la.

No entanto, para que se possa realizar um trabalho mais coerente, é necessário uma reflexão acerca de conceitos e concepções sobre o que vêm a ser o conceito de família. Esse pode ser considerado até certo ponto subjetivo, pois depende de quem o define, do contexto social, político e familiar em que está inserido.

No Brasil muitos estudos justificam a família em duas distinções: grupos domésticos e arranjos domiciliares. Medeiros e Osório (2002, p. 2) nos dizem que:

Quando os agentes familiares moram no mesmo domicílio, ocorre a existência de grupos domésticos; quando se tem somente coabitação, mas não se vive em família, são estabelecidos os chamados arranjos domiciliares. Segundo eles, na família estão envolvidos laços de parentesco e normas de convivência, que determinam direitos e obrigações de várias espécies a seus membros. Já os arranjos domiciliares significam meramente coabitação, podendo ou não incluir a vivência familiar, ou o grupo doméstico. As repúblicas de estudantes, os asilos, os quartéis são alguns dos exemplos dos arranjos domiciliares sem grupos domésticos.

Diante do exposto acima, analisamos que as transformações verificadas na sociedade apontam para mudanças não só na estrutura familiar, mas também para novos valores e novas atitudes que formam a família, na qual não se verifica mais apenas a imposição da autoridade paterna e também a mãe e os filhos não se submetem mais facilmente aos desejos imperativos do homem.

Assim, a família sofre muitas influências econômicas, sociais, culturais e políticas, acarretando mudanças nos papéis, nas relações e na composição familiar, fazendo mudanças em sua estruturação.



---

## 2.2 A EDUCAÇÃO E O ESTADO

O Estado como instituição política é objeto de estudo das ciências sociais. Constitui-se numa das formas de controle social adotados pelas sociedades de modo geral há muito tempo. Por meio de um governo supremo, exerce autoridade sobre seu povo, dentro do seu território delimitado e com direitos de regulamentação da ordem social e econômica do país. Uma das suas funções é estabelecer e garantir que as normas e regras sociais sejam cumpridas pelos cidadãos.

Sendo assim, compreender a responsabilidade do Estado para com a educação, implica em saber o significado da instituição Estado e, particularmente no Brasil, porque é comum confundir Estado com Governo.

Para Santos (2001) o Estado é um conjunto de instituições permanentes (como os tribunais, o exército, as casas legislativas etc.), enquanto que Governo seria um conjunto de programas que um grupo social propõe para a sociedade. De acordo com o autor, o governo se realiza quando a burocracia estatal trabalha no sentido de realizar um programa de governo. O governo é o exercício das funções de Estado por parte de um grupo social por um determinado período de tempo.

Então, há de se compreender que o exercício do Governo envolve mais do que simplesmente a máquina estatal, envolve também a participação de membros da sociedade civil. Sendo que esta participação está vinculada ao que chamamos contornos do estado. É importante esclarecer o conceito de contorno do Estado aqui exposto, a fim de que ele seja entendido não somente na ótica da comunidade ou dos interessados, mas também na do técnico, do professor, do gestor, do intelectual, do aluno, dos pais, dos funcionários, pois todas essas pessoas pertencem ao que denominamos contorno do Estado.

No Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, a experiência ditatorial por qual o Brasil passou, deixou profundas marcas na sociedade. Sendo que o período do Regime militar foi sem dúvida umas das etapas mais contraditórias da história brasileira, mesmo apesar de todas as turbulências desse período, houve grandes mudanças na organização, incluindo o campo da educação.

Ferreira (1993) destaca neste período a valorização da formação técnica e profissionalizante, sobretudo com a Lei 5.540, de 1968. Que reformulou o ensino superior a partir do modelo americano, e da Lei 5.692, de 1971, que reformula o ensino primário e médio dentro da linha da profissionalização.

No entanto, as leis elaboradas no período da ditadura tiveram fracassos e prejuízos. Dentre eles destacamos: falta de recursos (como investir no curso profissionalizante se não existia recursos); não efetivação da profissionalização (não foi concretizada porque não havia recurso); o ensino profissionalizante era para formação de mão de obra barata, pois o Brasil priorizava isso neste momento histórico; não acabou com o dualismo na educação (escola de pobres, escola de ricos), escola de ricos era basicamente o propedêutico que oferecia ensino preparando para a universidade, enquanto, que na escola de pobres era oferecido ensino técnicos profissionalizantes de má qualidade, formando mão de obra barata, ou seja, o dualismo continuava: (a elite era preparada para mandar e a população preparada para obedecer).

Quando se pensa o papel do Estado na educação e em especial no que se refere ao planejamento e às políticas públicas voltadas para a área, notamos o autoritarismo exercido pelo mesmo, que muitas vezes direciona o processo educativo como um todo para o atendimento de seus próprios interesses. Segundo Ferreira (1993 p. 18-19):

Decide-se antecipadamente que tipo de aluno se quer criar, que conteúdos ele deve dominar e que cidadão se espera que a criança se torne; planeja-se o currículo, os conteúdos e as atividades que melhor contribuirão para a obtenção do produto desejado.

Visando manter a hegemonia do capital, o processo de produção capitalista sofreu uma profunda reestruturação, ao longo das últimas décadas. Ao incorporar a ciência no processo produtivo, houve uma grande inovação tecnológica, mudando a cultura e os processos de produção.

Essas mudanças afetaram também as relações de trabalho, provocando mudanças na educação no sentido de pensar também na preparação para o mercado de trabalho.

---

Para França<sup>2</sup> (2014, s/p)

No Brasil essa preocupação é histórica. Em nenhum momento da história desde a chegada dos portugueses houve preocupação em dar escolaridade ao povo que aqui estava e trabalhava. Essa afirmação diz respeito ao que aqueles que detinham o poder pensavam. Com o advento da industrialização e com o interesse em fazer o capitalismo avançar é que se pensou em abrir escolas para as pessoas das classes subalternas, mas essa sempre teve um caráter e qualidade bem inferior do que as escolas que atendiam os mais favorecidos.

A nova política da educação é expressa na Constituição Federal de 1988, que assegura pela primeira vez na história brasileira os direitos sociais, incluindo o direito à educação, sendo regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996. Na relação entre Estado e sociedade civil, e entre o mundo do trabalho e o mundo da cultura.

Entendemos que mesmo não sendo cumprida a Lei 9.364/96, estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira, e reforça no seu art. 58 e 59, a importância do atendimento educacional a pessoas com necessidades especiais, ministrados preferencialmente em escolas regulares, estabelecendo que sejam criados serviços de apoio especializados e assegurados currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas para atender às peculiaridades dos alunos. Destaca ainda a necessidade de capacitar docentes do ensino regular para o atendimento escolar destes educandos em classes regulares.

No entanto, embora ofereça o respaldo necessário ao trabalho inclusivo, a legislação se analisada nas entre-linhas é contraditória em vários aspectos, os quais merecem serem analisados em outro momento, pois no Brasil, existem muitas controvérsias quanto à lógica da educação inclusiva.

Portanto, a LDB/96 se tornou o resultado do embate político entre sociedade civil organizada e governo, no entanto, mesmo após grandes conquistas, ela é impregnada da perspectiva neoliberal, tanto na sua organização gerencial da política de educação, quanto na sua dimensão ideológica, visando corresponder aos interesses do mercado.

---

<sup>2</sup> Prof<sup>a</sup> Doutora orientadora desta dissertação.



Neste sentido, é preciso lembrar que essas e outras tantas mudanças implementadas pelo Estado na educação no Brasil, aconteceram em meio a uma forte repressão e acordos políticos e quase sem nenhum espaço para discussões entre os atores envolvidos, especialmente os professores, em sua maioria privados de participar politicamente na vida social. De acordo com Santos (2001, p. 89), “o fato de que os períodos em que se podem observar efetivos progressos na legislação social coincidem com a existência de governos autoritários”.

Ainda que muitas sejam as concepções sobre a relação entre educação e sociedade, ambas partilham de algumas questões em comum à condição humana que constitui a razão de ser de toda instituição escolar: a formação humana do homem em sua ampla dimensão: pessoal e profissional.

### **3 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA**

A educação é um processo tipicamente humano, que possui a especificidade de formar cidadãos por meio de conteúdos “não materiais” que são ideias, teorias e valores, conteúdos estes que vão influir decisivamente na vida de uma pessoa.

Sendo assim, dizer que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho: ela própria é um processo de trabalho.

Para Saviani (1991, p. 19):

Para sobreviver, o homem necessita extrair da natureza ativa e intencionalmente os meios de sua subsistência. Ao fazer isso, ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura).

No campo educacional, a construção de uma escola pública de qualidade é o desafio com que se defrontam, no seu dia-a-dia, os educadores comprometidos com a superação das desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira. Não se trata apenas de reverter os altos índices de evasão e repetência que caracterizam o

sistema educacional brasileiro, mas de construir uma escola que garanta aos filhos dos setores populares acesso a conhecimentos básicos.

Ao colocar a questão da escola “possível” para as camadas populares, Arroyo (1991, p. 38) apresenta, a partir da análise de experiências concretas, alguns pressupostos que devem orientar a construção dessa escola.

Em primeiro lugar, é preciso que a escola de fato exista. Muitas vezes chamamos de escola a situação na qual uma professora, em geral leiga, leciona em sua casa ou em outro local da comunidade - igreja, galpão, etc. - a vários alunos de diferentes séries e idades, com muita frequência recebendo remuneração inferior ao salário mínimo. Uma escola possível para o povo tem de começar por criar condições para sua existência material, sem a qual será romântico reprogramar alternativas pedagógicas inovadoras (ARROYO, 1991, p.41).

Em segundo lugar, Arroyo afirma que é necessário profissionalizar o trabalhador do ensino, com carreira e remuneração adequadas, garantindo-se a possibilidade de dedicação exclusiva. Além disso, é central para a construção da escola “possível” reconquistar o crédito dos profissionais no seu trabalho.

Para isso, Arroyo (1991, p.46) nos esclarece ser necessário:

[...] Reconstrução da imagem das políticas sociais públicas: [...] deixarem de ser mecanismos de atendimento a carentes [...]; (é preciso) recolocar essas políticas sociais como garantia de atendimento aos direitos elementares de todo cidadão.

Em terceiro lugar, a condição de trabalhador dos alunos - presente ou futura - deve ser o ponto de partida para se construir a escola "possível". Do ponto de vista do cidadão-trabalhador-estudante, a escola precisa ir além de sua função social de agência socializadora do saber sistematizado: “A escola como espaço social tem de ter uma função básica: ser o espaço sociocultural que o mundo do trabalho e a cidade negam ao trabalhador” (ARROYO, 1991, p.50).

Ao tratar dos motivos que levam os trabalhadores à escola para cursarem o supletivo à noite, podemos identificar que, além da expectativa de “melhorar de vida”, sempre associada à melhoria salarial, os trabalhadores buscam a escola por quê: “Ela é, na verdade, um grande espaço social de convivência daqueles que são

---

sistematicamente desumanizados pelo trabalho, pelo isolamento e por suas condições de existência”. (ARROYO, 1991, p.166).

Parafrazeando Arroyo (1991), a escola dos filhos das classes dirigentes tem desempenhado uma função que vai além da transmissão do saber sistematizado, ao se constituir em si mesma em espaço sociocultural. Esse algo mais é que tem sido negado ao cidadão-trabalhador. A escola precisa, pois, redefinir-se como espaço e tempo de socialização-vivência o mais plena possível, para a realização de todos como sujeitos socioculturais.

A partir desses três pressupostos, há necessidade de garantir a materialidade da escola, com políticas públicas orientadas para a garantia dos direitos do cidadão e uma escola que não se restrinja à transmissão do conhecimento, mas que se constitua em um espaço de vivência global.

Neste contexto paradoxal foram surgindo diversos questionamentos com relação aos direitos e de políticas públicas. Esse direito representou uma ressignificação social do sistema educacional brasileiro, colocando a responsabilidade integral da escola pelo ser humano, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, alicerçada no pluralismo de diversidade cultural que caracterizam nosso país. Isto é uma das maiores conquistas alcançadas da educação, o reconhecimento dessa instituição, enquanto direito das pessoas, da família e dever do Estado, e incentivado com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento das pessoas.

Saviani (1996, p. 120-122) compreende a educação como uma mediação que se realiza num contexto social e que se faz a partir das determinações da contemporaneidade, e a partir do ser que aprende, fazendo-se necessário adentrar a estes dois “mundos” para cumprir com a responsabilidade de educador em formar mentes e corações.

Portanto, enquanto responsáveis por essa “condução”, necessita firmar-se em ideais comprometidos com a formação humana, de profissionais da educação e de profissionais em geral, de todos os cidadãos, como chama a atenção Bobbio (1993, p. 143) quando escreve:

[...] não importa o tanto que o indivíduo seja livre em “relação ao Estado” se depois não é “livre na sociedade” [...] não importa o tanto que o indivíduo seja livre politicamente se não o é socialmente. Por baixo da falta de liberdade como sujeição, existe uma falta de liberdade mais fundamental, mais radical e objetiva, a falta de liberdade como submissão ao aparato produtivo e ideológico, que conduz não só à mercantilização do trabalho e da vida humana, como de todas as ações realizadas pelos cidadãos.

Neste sentido, defender a liberdade e as possibilidades de todos os seres humanos significa criar condições para exercê-las, e este deve ser um dos papéis sociais da escola, enquanto formadora de cidadãos.

#### 4 COMO SER PROFESSOR HOJE DIANTE DA DIVERSIDADE?

Faremos uma reflexão acerca do ato de educar, tendo como objetivo evidenciar como nosso trabalho do educador possui um significado de suma relevância, quando for consciente.

Dizemos que somos educadores, mas o que isso significa? Pensemos sobre a origem do verbo educar. Segundo Libâneo (1996) o verbo educar é de origem latina e possui dois radicais, sendo eles: *educare* (criar, amamentar); *educere* (levar para fora, fazer sair, dar à luz). Dessa forma, temos a noção de que educar é “conduzir de um estado a outro”. Contudo, podemos nos questionar: desejamos conduzir nossos alunos para onde? Que estado é esse que queremos contribuir para conduzir esses alunos?

Libâneo (1996, p. 97) também faz indagações semelhantes. Apresentaremos na sequência tais questionamentos, bem como suas respostas:

O que é Pedagogia? Qual é seu objetivo? O que configura uma situação pedagógica? São questionamentos sobre os quais os educadores estão longe de ter um consenso. Entretanto, para trilhar um caminho que leve a clarear a especificidade do ato pedagógico, pode-se partir da afirmação de que a Pedagogia é a teoria e prática da educação e, portanto, seu objeto é educabilidade do ser humano, ou melhor, o ser humano é educado. Educar (em latim, *educare*) é conduzir de estado ao outro, é modificar numa certa direção o que suscetível de educação. O ato pedagógico pode, então, ser definido como uma atividade sistemática de interação entre seres sociais,

tanto ao nível do intrapessoal, quanto ao nível da influência do meio, interação essa que se configura numa ação exercida sobre sujeitos ou grupos de sujeitos, visando provocar neles mudanças tão eficazes que os torne elementos ativos desta própria ação exercida. Presume-se, aí, a interligação no ato pedagógico de três componentes: um agente (alguém, um grupo, um meio social etc.) uma mensagem transmitida (conteúdos, métodos, habilidades etc.) e um educando (aluno, grupos de alunos, uma geração etc.).

Partindo da premissa segundo a qual a finalidade essencial da educação, além da transmissão da cultura, é a constituição do sujeito social. Isso significa dizer que a educação é o processo pelo qual as novas gerações apreendem o modo de viver, pensar, sentir, sonhar os valores, as normas, as crenças da sociedade em que fazem parte. Isso acontece nos mais diversos espaços sociais, primeiramente na família, nas relações de vizinhança, pela religião, no trabalho e, também, pela educação escolar.

Uma das características mais marcantes do ofício de professor é o fato de que ele, ao mesmo tempo em que é portador de uma determinada cultura, é também envolvido pela chamada cultura escolar que engloba vários outros elementos. De acordo com Penin (1994, p. 26).

[...] a escola cria e produz, ela própria, um saber específico, considerando, de um lado, a confrontação entre os conhecimentos sistematizados disponíveis na cultura geral e de outro, aqueles menos elaborados, provenientes tanto da lógica institucional quanto das características da profissão, como ainda da vida cotidiana escolar.

Assim, os fins da educação também seriam determinados pela própria sociedade na busca pelo consenso, pela manutenção dos valores básicos que a sustenta e que garante sua existência.

Faremos algumas considerações acerca do currículo e poder. Essas relações foram analisadas por Apple (1982), o autor questionou o que é realmente ensinado nas escolas? Quais são as funções sociais manifestas e latentes do conhecimento transmitido nas escolas?

Apple (1982), diz que é importante pensar as escolas como instituições de distribuição cultural. As escolas não apenas preparam pessoas, mas também preparam conhecimentos, ou seja, ampliam e dão legitimidade e formas econômicas



---

desiguais. Elas ampliam e dão legitimidade a determinados tipos de recursos culturais que estão relacionados a formas econômicas desiguais.

O autor buscou também demonstrar como as escolas produzem e reproduzem formas de consciência que permitem a manutenção do controle social sem que os grupos dominantes tenham de recorrer a mecanismos declarados de dominação. Para tanto, analisou a relação entre ideologia e currículo.

Ideologia consiste em um conjunto de ideias que apresentam três características fundamentais: legitimação: a justificação da ação de um grupo e sua aceitação social; conflitos de poder: refere-se às disputas ideológicas em jogo nas lutas políticas; o estilo de argumentação: a argumentação que se realiza no domínio da ideologia é caracterizada por uma retórica muito especial. (APPLE, 1982).

Portanto, a ideologia possui um papel duplo: seja como um conjunto de regras que conferem significados seja como força retórica em discussão sobre o poder e recursos.

Apple valeu-se do conceito de currículo oculto para explicar como as escolas produzem e reproduzem formas de consciência que permitem a manutenção da estrutura social. Para esse autor, currículo oculto significa “normas e valores que são implícitos, porem efetivamente transmitidos pelas escolas e que habitualmente não são mencionados na apresentação feita pelos professores dos fins e objetivos”. (APPLE, 1982, p. 127).

Em outros termos, pode-se dizer que o currículo oculto refere-se àquele conjunto de normas e concepções que os professores passam para os alunos durante as aulas, sem planejarem, e sem terem consciência disso. Por meio do currículo oculto são transmitidas ideologias, concepções de mundo pertencentes a determinados grupos dominantes na sociedade e que servem para reproduzir as desigualdades sociais.

Porém, temos que entender o que fazer com o currículo oculto quando nos deparamos com o mesmo na nossa prática diária.

As afirmações de Silva (1992, p.111) são muito esclarecedoras sobre essa questão:

Mas embora tornar-se consciente de um elemento do currículo oculto possa significar um primeiro passo na desativação de seus efeitos, pois parte de sua potência está na inconsciência de sua existência, isto é, evidente, suficiente. Se concebemos o currículo oculto de forma negativa, suas manifestações devem, é claro, ser extirpadas. Assim, não bastaria descobrir e denunciar, por exemplo, que certos livros didáticos transmitem subreptícias mensagens sexistas. Seria necessário deixar de usar tais livros e substituí-los por outros que não promovessem perspectivas que contribuem para perpetuar a dominação de um sexo sobre o outro. E isto nos leva talvez à coisa mais importante que se pode fazer com currículo oculto: fazê-lo trabalhar a nosso favor. Se existe algo tão poderoso no fato de ensinar algo de forma não declarada, então temos aí um instrumento valioso em nossas mãos, que pode ser bem aproveitado. (...) Mas não é necessário que os objetivos a serem perseguidos em termos de aprendizagem sejam secretos, mas apenas que substituamos aqueles outros indesejáveis por estes nas nossas práticas, nas características estruturais do ambiente escolar, nos elementos não explícitos do livro didático etc.

Verifica-se, assim, a importância de o professor conceber o currículo como uma ferramenta de trabalho que lhe possibilite lidar com esses e outros problemas educativos de forma operacional e conceitual. Nessa perspectiva, o professor pode relacionar-se com as propostas e materiais curriculares de outra forma, não como uma resposta pronta a ser aplicada ou um repertório de atividades a cumprir, mas segundo Contreras (1991, p. 94) como um “campo de experimentação”.

Diante de todas as mudanças que o mundo vem operando, a escola e todos os modelos pedagógicos parecem ficar em constante descompasso com as práticas culturais que crianças, jovens e adultos de hoje produzem e nas quais estão imersos.

Não é nada difícil perceber que o mundo contemporâneo vem passando por rápidas e intensas transformações na sua organização social, política, econômica e cultural. Deve-se considerar que os alunos de hoje nascem num mundo cuja organização é radicalmente diferente da forma como o mundo era organizado anteriormente.

Ao lidar com as informações a serem ensinadas, o professor faz recortes, seleciona, valoriza e reinterpreta a suposta objetividade do conteúdo.

Essa operação influencia não apenas o posicionamento intelectual dos alunos, como também suas condutas diante da cultura escolar (regras de convivência, formas de ação, atitudes e comportamentos que vigoram na dinâmica

das interações entre comunidade escolar) e também diante da cultura social mais ampla.

Portanto, o papel do professor é o de auxiliar na compreensão, utilização, aplicação e constante avaliação dos conteúdos e das informações escolares. A análise desses artefatos justifica-se, pois, em função de que conhecendo como eles se organizam e funcionam pode-se melhor compreender as formas pelas quais crianças e adultos são levados a assumir determinadas identidades (tanto individuais quanto coletivas).

Os vários elementos que compõem a cultura de um povo, entre eles a linguagem, os valores, as normas e crenças, são traços da sociedade em que estão inseridos e se constituem em elementos que caracterizam e, ao mesmo tempo, a diferenciam das demais sociedades.

Para Vieira (2013, p. 47)

Sinalizamos nossa compreensão de diversidade explicitando que nessa estão implicadas as representações de negritude, do ser indígena, do ser jovem, adulto, criança, dos povos do campo, das possibilidades sexuais, culturais, do ser homem e mulher, religiosas, das inumeráveis possibilidades de ser humano, bem como, de suas limitações e assim por diante.

O não reconhecimento do outro é a base do etnocentrismo e das atitudes hostis para com esse outro, procurando sempre desvalorizá-lo. Com comportamentos desse tipo, o que não está sendo considerado é que há uma grande diversidade cultural que só enriquece a convivência humana e que deve ser valorizada.

Mas convém lembrar que, diante disso, muitas vezes, nós, cidadãos e professores, nos defrontamos com manifestações de resistência ao “outro”, o diferente de nós. Há de se destacar que reconhecer, compreender, respeitar e preservar a diversidade não significa aceitar a desigualdade.

É importante deixar claro que diversidade é radicalmente diferente de desigualdade. A primeira diz respeito às muitas possibilidades de ser humano e de organização social e cultural. Já a segunda, a desigualdade, diz respeito ao desnível social e econômico entre as pessoas pertencentes a uma mesma sociedade. Tratar

---

de desigualdade é tratar das fissuras, das contradições, da exploração, da opressão e do valor e desvalor de uns em relação a outros. Essas condições denunciam fragilidades em dada organização social e humana. (FRANÇA, 2014)

Concordando com Silva (1992, p.89) [...] “as diferenças não devem ser simplesmente respeitadas ou toleradas, na medida em que elas estão sendo constantemente feitas e refeitas, o que se deve focalizar são precisamente as relações de poder que presidem sua produção”.

Assim, “antes de tolerar, respeitar e admitir a diferença, é preciso explicar como ela é ativamente produzida”. (p.89).

Silva (1992) reflete sobre uma estratégia pedagógica e curricular que aborde a questão da identidade e da diferença levando em consideração as contribuições da teoria cultural recente. Nessa linha de pensamento, a pedagogia e o currículo abordariam a identidade e a diferença como questões de política, assim a discussão seria em como elas são produzidas.

Explicitar e problematizar o processo de produção de diferenças e identidades na escola; escolher e analisar o material utilizado; cuidar da abordagem dos conteúdos selecionados; expor o conhecimento como verdades provisórias, portanto passíveis, sempre, de questionamento; ensinar os alunos a fazer perguntas, a pensar o mundo de maneira crítica; se colocar diante do outro com respeito em condição de estabelecer um diálogo autêntico, aos moldes do que nos ensinou Paulo Freire é urgente para movimentarmos uma pedagogia que possa constituir pessoas sensíveis, dispostas a aprender, a ensinar e a conviver eticamente. A pedagogia da alteridade nos ensinará uma nova maneira de ser e estar no mundo infinitamente mais enriquecida (FRANÇA, 2014).

Para ser mais coerente, o currículo não pode deixar de levar em conta questões de etnia, raça, gênero, inclusão, alunos com necessidades educativas especiais (PNEE) e outras síndromes. Incluindo também, fatores sociais, econômicos e culturais. É preciso, portanto, que a escola traga para dentro de seus espaços o mundo real, do qual essas crianças e seus professores fazem parte.



---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é o espaço próprio da educação formal, apesar de todas as outras maneiras que se tem atualmente para se concretizar o processo educativo. Pensando neste sentido, o presente estudo teve como objetivo possibilitar a compreensão da escola no contexto da realidade social em que a mesma está inserida. Sendo que tal compreensão nos possibilitará o entendimento de que a escola é uma das instituições sociais que tem entre suas funções o controle social, exercido das mais diferentes formas, dentro do sistema educacional. Mais ou menos autoritária, a escola terá as características da sociedade na qual se insere. Poderá ser mais ou menos democrática conforme seja o interesse das classes dominantes dessa sociedade.

Um dos momentos mais significativos em termos de mudanças na educação brasileira patrocinada pelo Estado aconteceu durante a ditadura militar (1964-1985) quando se valoriza a formação tecnicista e profissionalizante através da Lei 5.540/68 que reformulava o ensino superior e da Lei 5.692/71 que reformulava o ensino primário e médio dentro da linha da profissionalização. No entanto, entendemos que essas e outras tantas mudanças implementadas pelo Estado na educação no Brasil nesse período, acontecem em meio a forte repressão política e sem a participação dos professores. Atualmente, o que se percebe é um misto de descaso com algumas iniciativas interessantes, mais ou menos bem sucedidas, de organizar o caos que se instalou na educação brasileira, marcada pelo fracasso escolar, pela evasão, pela repetência, pela má remuneração dos professores e, sobretudo, pelas péssimas condições da escola pública.

Percebemos que tanto a sociedade, quanto a educação contribuem para o desenvolvimento do ser humano, porém, como relatado ao decorrer deste trabalho, elas dependem de outros fatores para que o desenvolvimento seja cada vez melhor, por exemplo: a família, o Estado, bem como de políticas públicas que valorizem a educação, dando mais respaldo à educação, fazendo desta agente de seu processo social. Ambas ainda têm muito a melhorar, no entanto, essa melhoria só acontecerá



---

a partir do momento em que escola e sociedade se unirem, e reivindicarem seus direitos, deixando de conviver com a educação desordenada e com a manipulação por parte dos seus governantes, começando assim, a refletir e criticar a fim de erradicar com as necessidades que a educação atualmente tem enfrentado, fazendo assim a ligação entre a prática e a teoria.

A escola como instituição voltada para a constituição de sujeitos sociais deve tentar mostrar as diversas formas de organização de uma sociedade, desenvolvidas por diferentes comunidades étnicas e grupos sociais explicitando que a pluralidade e o respeito ao outro é fator de enriquecimento das culturas e de entrelaçamentos das diferentes formas de organização social. Assim, entende-se como fundamental que o aluno tenha o máximo de oportunidades para valorizar a natureza, a produção cultural, os fatos históricos e o dinamismo das transformações sociais.

Diante disso, vale refletir sobre o papel do professor na sociedade atual, será que ele ainda pode ser visto como um agente de mudança? Analisando o pressuposto de ser a escola uma agente socializadora, o professor exercia um papel que lhe garantia prestígio social. Porém, o que se vê hoje é uma revisão destas posições e destes pontos de vista, uma vez que a própria formação dos docentes mudou, procurando dar conta dos novos papéis dos professores e das novas funções da escola e da educação num mundo globalizado. Neste contexto, a própria cultura escolar é vista como mais uma forma de conhecimento, incorporando-se a ela, as tecnologias de produção e de transmissão do saber e as novas metodologias que incorporadas ao saber docente modificaram o papel tradicional do professor, o qual vê hoje que sua prática pedagógica necessita estar sendo (re) avaliada e atualizada.

Diante do exposto consideramos que este artigo não pretendeu chegar a conclusões fechadas acerca da temática proposta, pois o processo educativo se constrói e adquire cada vez mais importância ao longo da vida, uma vez que é pela ação educativa que o indivíduo se desenvolve. No entanto, propomos a partir do artigo, futuras reflexões sobre o novo papel do professor na atualidade, em especial no que se refere a tentar passar aos alunos determinados valores que, aos olhos de alguns deles, parecem totalmente fora do contexto, como o respeito ao outro, ao



diferente e o combate a violência, neste sentido a escola precisa estar se questionando sempre.

Pensarmos em uma pedagogia que possa ser subversiva da ordem social que temos, que possa nos levar a uma ação pedagógica revolucionária é o que nós educadores devemos ter como projeto educacional, se quisermos construir um novo mundo. (FRANÇA, 2014, s/p).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLE, M.; BEANE, J. **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.
- APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ARANHA, Maria Lúcia de A. **História da Educação**. 2 ed. ver. e atual.. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARROYO, Miguel (Org.). **Da escola carente à escola possível**. São Paulo: Loyola, 1991, p. 38 – 50.
- BOBBIO, N. **Direita e Esquerda, Razões e Significados de uma Distinção Política**. São Paulo: UNESCO, 1993.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário oficial da união. Brasília, MEC.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário oficial da união. Brasília, MEC.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário oficial da união. Brasília, MEC.
- \_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Base de 1961, de 20 de dezembro de 1961 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário oficial da união. Brasília, MEC.



CONTRERAS, José. **Currículo democrático e autonomia do magistério**. IN SILVA, Luís Heron da (org.) Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo? Petrópolis: Vozes, 1991, p. 74 - 99.

DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia**. São Paulo, Melhoramentos, 1978.

FERREIRA. R. M. **Sociologia da educação**. São Paulo: Moderna, 1993.

FRANÇA, Cecília de Campos França. **Notas de Aula**, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17°. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

LIBÂNEO, J. B. **Democratização da escola pública**. São Paulo: Loyola, 1996.

LOBROT, Michel. **A Pedagogia Institucional**. Por uma Pedagogia Autogestionária. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1973.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **A questão e o Serviço Social em debate**. Revista da faculdade de Ciências Humanas da Unimar. Marília: Unimar, v.3, n.3, 1999, p. 35-53.

MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael G. Arranjos Domiciliares e Arranjos Nucleares no Brasil: Classificação e Evolução de 1977 a 1998. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IPEA, jun. 2002. 45 p. (Texto para Discussão, n. 788). Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: mar. 2014.

PENIN, S, T. de S. **A aula: espaço de conhecimento, lugar de cultura**. Campinas: Papirus, 1994.

PILLETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 4. ed. São Paulo:Ática,1994.

PINTO, Rosa Maria Ferreira. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

RAGO, M. **Políticas da (in)diferença: individualismo e esfera pública na sociedade contemporânea**. Anuário do laboratório de subjetividade e política. Departamento de Psicologia. Universidade Federal Fluminense, ano 2, 1993.

SANTOS, André Michel. A política de educação no Brasil: implantação do serviço social escolar. <http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/a-politica-educacao-no-brasil-implantacao-servico-.htm> , Acessado em 28 de Abril de 2014.





---

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

SAVIANI, D. **A Nova Lei de Educação: trajetórias, limites e perspectivas.** Campinas: Associados, 1996.

\_\_\_\_\_, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, Tomaz Tadeu. **A política do currículo oculto.** In: o que produz e o que reproduz em educação. Porto Alegre: ArtMed, 1992, p. 94-112.

VIANA, Nildo. **Introdução à Sociologia.** Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

VIEIRA, Iara Maria dos Anjos. **Diversidade e linguagem: constituição identitária dos sujeitos antes e depois da experiência educativa no Centro de Educação de Jovens e Adultos Antônio Casagrande de Tangará da Serra-MT.** Cáceres/MT: UNEMAT, 2013.